

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Motta não tem dado vida fácil ao governo

Segundo semestre será pior para o governo

Na última quinta-feira (18), nem houve reunião de líderes na Câmara. Mais tarde, se incluiu na pauta o pedido de urgência para o projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda. Fora isso, a semana deverá ser esvaziada, por conta das festas de São João. E daí, a tendência é que já se comece a encerrar o primeiro semestre legislativo. Pode ser que antes haja sessão do Congres-

so para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Depois, será o recesso, e tudo só volta em agosto. Para o cientista político Isaac Jordão, que acompanha de perto o Congresso, se tudo já foi bem difícil para o governo no primeiro semestre, a tendência é que seja pior no segundo. “Em 2024, se desfez um equilíbrio que até então havia entre governo e Congresso”, diz ele.

Vitória

A ampliação da isenção do Imposto de Renda, se aprovada, será uma importante vitória para o governo. Mas pode ser o único fôlego. A discussão da LDO tende a ser de novo complicada, já que os parlamentares reclamam que o governo não está liberando as emendas.

Derrotas

“Especialmente no final deste semestre, o governo vem sofrendo muitas derrotas”, avalia Isaac Jordão. E a razão pode ser o início do cálculo eleitoral para 2026. “É o momento de dificultar o jogo. Porque, no ano que vem, com as eleições, a tendência é tudo parar”.

Lula Marques/Agência Brasil



Haddad preferia Arthur Lira

Motta tem sido fator imponderável

Antes de tirar uma folga, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reclamou do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Disse que, sob o comando dele, tem sido mais difícil mapear e prever as reações dos deputados. Seu antecessor, Arthur Lira (PP-AL), seria um negociador mais duro. Mas quando fechava um acordo, tinha

mais capacidade de cumprir. Negociadora política, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, tratou de contradizer Haddad. Jordão observa que, há sim, uma diferença entre Lira e Motta. “Motta ainda não conseguiu se desvincular de Lira e [do presidente do Republicanos] Marcus Pereira, mas não deve ser subestimado”.

Experiente

“Motta pode ser novo, mas não é inexperiente”, observa o cientista político. De fato, o presidente da Câmara tem somente 35 anos. Mas já está em seu quarto mandato. “Não creio que os eventuais problemas no momento aconteçam exatamente por falta de comando”, avalia Jordão.

Campanha

Agora, tudo tornou-se mais difícil. “Porque a verdade é que agora o Congresso já está em campanha”, observa Isaac Jordão. E com Lula em uma perspectiva de baixa. Assim, um Congresso mais conservador, que apoia por conveniência, cria dificuldades de olho em alternativas.

Declínio

Para Isaac Jordão, foi-se observando um declínio ano a ano na relação do governo no Congresso. No primeiro ano, o governo atropelou a pauta, desde a PEC da Transição até a aprovação da PEC da Reforma Tributária. Em 2024, a dificuldade aumentou, mas a pauta avançou.

CPMI

Um fator deverá fustigar ainda mais o governo no segundo semestre: a CPMI do INSS. Mas Isaac Jordão alerta: Lula não é um amador. “Com todas as dificuldades, o governo está fazendo caixa para liberar emendas no semestre que vem e em 2026”, observa o cientista político.

Semana com foco em mudanças no IR e MP do IOF

STF retoma julgamento sobre Marco Civil da Internet na quarta

Por Gabriela Gallo

Apesar do feriado de São João, nesta terça-feira (24), o Congresso Nacional deve seguir com pautas de interesse do governo nesta semana. Na última semana, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a urgência – ou seja, os projetos não precisam mais passar pelo aval das comissões relacionadas ao tema em discussão – de dois projetos econômicos de interesse do governo e do Congresso. O primeiro é o Projeto de Lei que altera a tabela mensal do Imposto de Renda para garantir a manutenção da isenção em 2025 para quem recebe até dois salários mínimos (R\$ 3.036). Já o segundo, pautado a pedido da oposição, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que susta o decreto que aumenta os valores do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Com isso, a expectativa é que nesta semana ambos os projetos sejam discutidos em plenário. Nesta quarta-feira (25), está agendado para o plenário da Casa discutir o PL que altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. De autoria do líder do Congresso na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE) e com a relatoria do ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o projeto compõe uma série de medidas referentes a alterações voltadas para o imposto de renda. Promessa de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foco das negociações, os parlamentares discutem alternativas para ampliar a isenção do pagamento do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, a partir de 2026.

IOF

Apesar da pressa da Câmara em aprovar a urgência do Projeto de Decreto Legislativo



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Lira é relator de medidas que alteraram regras do imposto de renda

(PDL) nº 314/2025 que susta o decreto que aumenta as taxas do IOF, a votação do projeto em si não está pautada para esta semana, ainda sem previsão para ser votado.

Mas enquanto a medida não é definida, o governo se organiza na instalação da Comissão Mista do Congresso Nacional que tratará da Medida Provisória que altera o decreto que aumenta a taxa do IOF, amenizando-o (MP 1.303/2025). Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), em conversa com a imprensa na última quarta-feira (18), o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) deve ficar com a relatoria da matéria. A expectativa é que um senador assuma a presidência da comissão mista de análise do IOF.

A MP 1303 foi uma resposta do governo federal à forte repercussão negativa sobre a padronização do Imposto sobre Operações

Financeiras em 3,5% (antes o IOF era de 3,38% para compras com cartão de crédito, débito e pré-pagos internacionais e 1,1% em compra de moeda estrangeira em espécie). A alternativa, porém, desagradou os congressistas menos ainda. Isso porque ela prevê uma cobrança de imposto de renda sobre novas aquisições de títulos hoje isentos, como a Letra de Crédito Agrícola (LCA), a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), dentre outros, com uma alíquota de 5%. Outros investimentos, como criptomoedas, tiveram alíquota fixada em 17,5%.

A medida também eleva a carga sobre as apostas esportivas, aumentando a tributação de 12% para 18%. Para a imprensa, Randolfe disse que o governo considera as Bets como “uma lamentável epidemia” que atingiu os brasileiros. “O governo entende que algumas medidas são necessárias [para conter essa

crise]. Por exemplo, encaixar as bets dentro do imposto seletivo [da reforma tributária]. Por isso que a MP 1.303 aumenta a alíquota das bets”, pontuou o líder do governo no Congresso.

STF

Já no Poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quarta-feira (25) o julgamento que discute o artigo 19 do Marco Civil da Internet e define a responsabilidade civil das plataformas digitais por conteúdos de seus usuários e a responsabilização das empresas no caso da não remoção de material ofensivo a pedido dos ofendidos, sem ordem judicial. Faltam os votos dos ministros Nunes Marques, Edson Fachin e Cármen Lúcia. Dos oito ministros que votaram, sete definiram o artigo 19 do Marco Civil da Internet como inconstitucional, o único que votou favorável foi o ministro André Mendonça.

Pesquisa Datafolha: 57% apoia a reeleição e mandatos longos

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Pesquisa aponta resistência à PEC que tramita no Senado

folha perguntou sobre reeleição foi há dez anos, em junho de 2015, quando o cenário era inverso: 67% eram contra permitir que o presidente tentasse um novo mandato, e 30%, a favor — números semelhantes aos registrados tanto na esfera estadual, quanto na municipal.

Na ocasião, o país vivia uma crise política e econômica, com o segundo governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) acuado pela Operação Lava Jato, pelo Congresso e por protestos nas ruas, em um cenário que pavimentaria o caminho para o impeachment em 2016.

Com os resultados atuais, o Brasil volta a patamares registrados em novembro de 2007, quase um ano após a reeleição de Lula (PT). Na época, 58% dos brasileiros endossavam a possibilidade de reeleição do presidente, 57%, dos governadores, e 56%, dos prefeitos.

Em julho de 2005, data da primeira medição feita pelo Datafolha sobre o tema, os índices foram mais altos.

O apoio à possibilidade de disputar um novo mandato alcançou 65%, 64% e 63% em cada esfera, respectivamente, num período em que o gover-

no federal sustentava alta aprovação. Desta vez, o instituto entrevistou presencialmente 2.004 pessoas com 16 anos ou mais nos dias 10 e 11 de junho, em 136 municípios em todas as regiões do país.

A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa mostra maior apoio à reeleição presidencial entre os jovens de 16 a 24 anos, os menos escolarizados e os mais pobres.

O índice também é superior entre os eleitores que aprovam o atual governo Lula (74%) e os mais identificados com o PT (71%), em comparação aos que preferem o PL (48%).

O número, porém, não varia tanto de acordo com a cor ou religião dos entrevistados.

Em relação à ampliação dos mandatos para cinco anos, o Datafolha havia feito a mesma pergunta ainda na altura do mês de dezembro de 2019.

De lá para cá, a porcentagem que se diz favorável à mudança cresceu de 53% para 59%, enquanto a taxa de contrários recuou de 42% para 37%. Segundo os dados, o apoio a mandatos mais longos é maior entre os homens (63%) do que entre as mulheres (55%) e também entre os mais instruídos (65%) e os que têm renda familiar mensal de cinco a dez salários mínimos (68%).

Júlia Barbon/Folhapress